

Guia de Boas Práticas

Conservação da Biodiversidade em Propriedades de Café

CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE NA CAFEICULTURA





O Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflores) incentiva e promove mudanças nos setores florestal e agrícola, visando a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais e a promoção de benefícios sociais.

Conselho Diretor:

Adalberto Veríssimo
André Villas-Bôas
Fabio Albuquerque
Marcelo Paixão
Maria Zulmira de Souza
Marilena Lazzarini
Regina Queiroz
Sérgio A. P. Esteves
Sílvia Gomes de Almeida

Conselho Consultivo:

Célia Cruz
Mário Mantovani
Richard Donovan
Samuel Giordano

Secretaria Executiva:

Luís Fernando Guedes Pinto
Lineu Siqueira Jr.

Comunicação:

Priscila Mantelatto
Simoni Picirilli

Conselho Fiscal:

Adaudo Tadeu Basílio
Erika Bechara
Rubens Mazon

INSTITUTO DE MANEJO E CERTIFICAÇÃO FLORESTAL E AGRÍCOLA

Estrada Chico Mendes, 185
cx. postal 411
cep. 13426-420
Piracicaba - SP - Brasil
Tel/fax. [19] 3414-4015
imaflores@imaflores.org.br
www.imaflores.org.br

Ficha Catalográfica

Guia de boas práticas - Conservação da biodiversidade em propriedades de café / Christian Bacci
Eduardo Trevisan Gonçalves, Flávio Levim Cremonesi e Rodrigo Belmonte Cascales - Piracicaba,
SP: Imaflores, 2008.
39 p.

ISBN 978-85-98081-23-6

1. Conservação. 2. Brasil - Agricultura. 3. Biodiversidade. 4. Meio ambiente. 5. Café.
6. Cafeicultura. I. Título.

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônicos ou mecânicos, incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema de banco de dados sem permissão escrita do titular do direito autoral.

Guia de Boas Práticas

Conservação da Biodiversidade em Propriedades de Café

CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE NA CAFEICULTURA





CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE NA CAFEICULTURA



Realização:

IMAFLORA - Instituto de Manejo e
Certificação Florestal e Agrícola
Tel / Fax: 55 (19) 3414 4015
imaflora@imaflora.org

Este documento é uma produção do projeto "Conservação da biodiversidade de café: Transformando práticas produtivas no setor cafeeiro para aumentar a demanda de café certificado sustentável", patrocinado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e pelo Fundo Mundial de Biodiversidade (Global Environment Facility - GEF) e executado pela Rainforest Alliance e membros da Rede de Agricultura Sustentável.



Coordenação geral:

Eduardo Trevisan Gonçalves

Fotos:

Flávio Levin Cramonesi

Organização:

Eduardo Trevisan Gonçalves

Textos:

Christian Bacci
Eduardo Trevisan Gonçalves
Flávio Levin Cramonesi
Rodrigo Belmonte Cascales

Revisão técnica:

Ecosistemas Soluções Sustentáveis

Projeto gráfico:

Lambari Comunicação
55 (19) 3435 7503
contato@lambaricom.com.br
www.lambaricom.com.br

Execução:

Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola – Imaflora
Programa de Treinamento e Capacitação

Agradecimentos especiais:

Empreendimentos certificados: Fazenda Santana e Fazenda Olhos D'água (Pêdregulho SP), Sete Cachoeiras Estate Coffee (Três Pontas MG), A.C. Agro Mercantil (Araxá MG), Fazenda Recanto (Machado MG)

Financiamento:

Fundo Mundial da Biodiversidade (GEF) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Edição: Imaflora

Como contribuição à nossa preocupação pela conservação, selecionamos para esta publicação *papel Couché 120gr. certificado FSC.*

© 2008 IMAFLORA.

Todos os direitos reservados

Índice

1. Introdução.....	06
2. Como usar o Guia?.....	07
3. Primeiro Passo (Visualização da Propriedade Agrícola).....	08
3.1. Visualização da Propriedade Agrícola através de um mapa.....	09
3.2. O que deve estar disponível no mapa.....	10
3.3. Através do Mapa concluído, o produtor deve poder responder as seguintes perguntas.....	11
4. Segundo Passo (“Planejamento Mão na Massa”).....	12
4.1. Planejando as Ações para a Adequação Ambiental da Propriedade.....	13
5. Terceiro Passo (“Mão na Massa”).....	14
5.1. Áreas de APPs e RLs já Existentes na Propriedade Agrícola.....	15
5.2. Áreas (APPs e RLs) que precisam ser Reflorestadas.....	17
6. Outras Ações que Auxiliam na Adequação Ambiental da Propriedade Agrícola.....	20
6.1. Práticas Adequadas.....	21
6.2. Manejo Adequado do Solo, da Água e do Vento.....	22
6.3. Utilização e Redução de Agroquímicos.....	23
6.4. Capacitação e Treinamento (periódico).....	24
6.5. Compromisso Empresarial.....	25
6.6. Monitoramento da Avifauna.....	26
6.7. Enriquecimento e Monitoramento da Flora.....	27
7. Exemplos de Práticas adotadas em Propriedades Certificadas.....	28
7.1. Identificação das (APPs), no interior das fazendas de café certificadas.....	29
7.2. Exemplo de Reflorestamento com Mudas Nativas e Cobertura do Solo.....	30
7.3. Nascentes d’água protegido em uma área de APP.....	32
7.4. Área de Pivô Central com as Barreiras de contenção d’água.....	34
7.5. Pássaros.....	36
8. Glossário.....	38
9. Informações.....	41



Introdução

Este guia foi criado para demonstrar, de maneira prática, as ações que podem auxiliar o produtor rural na adequação ambiental de sua fazenda. Além disso, busca facilitar o entendimento sobre os principais temas ambientais, incluídos na Norma da Agricultura Sustentável (normas para certificação *Rainforest Alliance*) e na legislação ambiental brasileira.

Ele foi elaborado a partir de visitas em fazendas já certificadas, nas regiões cafeeiras do sul de Minas, da Alta Mogiana e do Cerrado, onde o Imaflora registrou imagens, realizou entrevistas e conheceu as práticas que cada fazenda realizava, adequando-as às Normas de Certificação e beneficiando os recursos naturais e as pessoas que ali trabalhavam ou viviam. O guia traz imagens de fazendas já certificadas, onde se

podem ver soluções encontradas para a conservação dos recursos naturais existentes na propriedade: nascentes, áreas de reserva, solos, destino adequado de resíduos, entre outros.

Para se realizarem as atividades aqui descritas, recomenda-se, fortemente, o auxílio profissional de um engenheiro florestal, agrônomo, ambiental, de um biólogo ou de outro profissional habilitado. Órgãos de assistência técnica da sua região também podem ser consultados.

Paralelamente a este guia, pode-se consultar o “Manual Técnico: Restauração e Monitoramento da Mata Ciliar e Reserva Legal para Certificação Agrícola”, onde está descrito o passo a passo para o desenvolvimento de um projeto de adequação ambiental em uma propriedade rural.

Como usar o Guia



O presente Guia está separado por três partes: as três primeiras são os “passos” para a adequação ambiental da propriedade, levando em consideração as áreas de Reserva Legal e Preservação Permanente.

Na segunda parte, na página 20, estão outras práticas que devem ser implementadas, caso a propriedade pretenda buscar a certificação ou estejam mais adequadas do ponto de vista sócio-ambiental.

E na terceira parte, na página 28, estão alguns exemplos na forma de imagens de práticas adotadas por fazendas já certificadas.

O **primeiro passo** é facilitar, através de um mapa ou croqui, a visualização da propriedade: a localização das nascentes de água, dos córregos e dos rios (caso existam), das áreas de Reserva Legal e de Preservação Permanente, além da localização dos cultivos e da infra-estrutura;

O **segundo passo** é planejar as ações, ou seja, avaliar a existência das áreas de APP e RL e as necessidades de recomposição (reflorestamento);

O **terceiro passo** é executar as atividades, após a visualização e o planejamento.



Primeiro Passo

(Visualização da Propriedade Agrícola)

CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE NA CAFEICULTURA

Visualização da Propriedade Agrícola através de um mapa

Para facilitar o gerenciamento das atividades a executar e a visualização das áreas a manejar, é necessário possuir um mapa (ou um croqui).

Grupos de produtores familiares podem fazer mapas coletivos com o apoio da Cooperativa ou de órgãos públicos. Desenhos

e croquis constituem uma opção também, em virtude do custo de produzir-se um mapa.

Para fazer o mapa, você deve consultar uma empresa de topografia da sua cidade ou região e pedir que estejam disponíveis para visualização das informações apresentadas nas próximas páginas.



O que deve estar disponível no mapa

1. Áreas de produção agrícola;
2. Pastagens e outras áreas (áreas desocupadas);
3. Áreas de reserva legal (quando existentes na propriedade);
4. Áreas de preservação permanente (APP - vegetação ao redor de rios e nascentes de água). Esta área é geralmente de 30 metros para rios e de 50 metros para nascentes de água – consulte o

glossário na pág. 38 para mais detalhes;

5. Indicações, no mapa, das áreas onde existe vegetação natural e das áreas com necessidade de reflorestamento ou de intervenção. Priorize as áreas próximas a cursos d'água;

6. Atualização do mapa antigo, caso já haja um, especialmente em caso de mudanças no uso das áreas.



Exemplo de Mapa, vendo o branco as áreas de café, em verde as matas e amarelo capim.

Através do Mapa concluído, o produtor deve poder responder as seguintes perguntas

1. Tenho área suficiente de Reserva Legal ?

Se não, quanta área ainda falta para completar o exigido pela lei?
Se sim, a área possui vegetação nativa?

2. As áreas de APP da minha pro-

priedade estão plenamente ocupadas com vegetação natural? Preciso reflorestar ou substituir o café ou a outra cultura lá existente por vegetação natural?

Essas questões vão ajudar na próxima etapa, que é o planejamento das ações.



Exemplo de Mapa, sendo as áreas em verde os talhões de café e amarelo as áreas de Reserva Legal.

Segundo Passo

(“Planejamento Mão na Massa”)

CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE NA CAFEICULTURA



Planejando as Ações para a Adequação Ambiental da Propriedade

Após produzir-se o mapa que representa o uso do solo da propriedade agrícola, deve-se proceder ao planejamento para a adequação da propriedade, o qual pode ser dividido em três ações:

- Ações nas Áreas de Preservação Permanente e nas Reservas Legais já existentes;

- Ações nas Áreas de Preservação Permanente e nas Reservas Legais que precisam ser reflorestadas;

- Outras ações que auxiliam na adequação ambiental da propriedade, como monitoramento de animais, uso da água, manejo de resíduos, manejo de solos, controle de agroquímicos e treinamento e capacitação.

A ordem de prioridade das atividades pode ser:

1. Produzir um diagnóstico das áreas de APP já existentes e verificar o que é necessário fazer para garantir a conservação delas;

2. Planejar quais áreas necessitam ser reflorestadas, tendo em vista que as áreas de APP devem

ser priorizadas, já que possuem um impacto direto no entorno de nascentes e das beiradas de rios e córregos. Nas próximas páginas deste guia, encontram-se algumas imagens e o direcionamento sobre estes dois assuntos.

Terceiro Passo

(“Mão na Massa”)

CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE NA CAFEICULTURA

ENTRADA
ÁREA
CÓDIGO

Áreas de APPs e RLs já Existentes na Propriedade Agrícola

Conforme o planejamento no “Segundo Passo”, iniciaremos a “mão na massa”. As áreas de preservação permanente e de Reserva Legal, caso já existam e estejam em bom estado, devem ser identificadas e protegidas por:

- **Acciões:** nas regiões do cerrado mineiro, é fundamental seu bom uso e, principalmente, sua manutenção. Num clima seco (no inverno), com altitudes elevadas e ventos constantes na vegetação, rapidamente uma pequena fagulha, como, por exemplo, uma bituca de cigarro, pode causar queimadas;
- **Cercas:** todas as áreas destinadas ao gado (pastagens e descanso) devem ser cercadas, para evitar que o gado transite nas áreas protegidas. O acesso à água, preferencialmente, deve ser realizado em bebedouros distantes dos

cursos d’água, evitando o pisoteio em APP;

- **Placas de identificação:** as informações contidas nas placas devem ser claras. As tradicionais placas (somente com letras) podem ser incrementadas com desenhos. Devem chamar a atenção quanto a sua função. Alternativas também podem ser observadas: mourões pintados, cercas em passagens, dentre outros exemplos;

- **Monitoramento contra caçadores:** tem a função de tentar proteger a integridade física, especialmente da avifauna, que garante boa parte do transporte das sementes que contribuem na composição florística das APPs e das RLs. Informar as autoridades ambientais públicas é fundamental para que se apliquem as medidas legais cabíveis.



TRADA PROIBIDA
A DE RESERVA LEGAL
O FLORESTAL BRASILEIRO
LEI Nº 4.771

Reflorestamento da RL, com espécies nativas, e placa de identificação ao público em geral.



Áreas (APPs e RLs) que precisam ser Reflorestadas

Reflorestamentos tradicionais:

São feitos com o plantio de mudas em linha, com um número controlado de espécies arbóreas e o manejo do mato nas entrelinhas das árvores, além da adubação.

- **Ponto negativo:** o número limitado de espécies e o número de intervenções deixam a desejar na recuperação da biodiversidade. Inexistem arbustos, deixando

de servir de alimento e de abrigo para pássaros e pequenos mamíferos, principalmente nos primeiros 3 a 4 anos de implantação.

- **Ponto Positivo:** facilita a implantação, principalmente em fazendas de médio e grande porte, já que o sistema é parecido com o plantio de café. Esta atividade pode entrar no “centro de custos”, facilitando o gerenciamento.





Reflorestamentos Naturais:

- **Regeneração natural:** em muitas áreas de APP, onde houve pouca intervenção humana, o terreno consegue regenerar-se, utilizando o “banco de sementes” já existente no local. No entanto, é importante ficar atento para evitar a entrada de fogo e para controlar as espécies de capim que possam abafar as árvores menores. Essa atividade depende de uma equipe bem treinada na realização dessa capina e no coroamento das árvores. Nesse sistema, podem-se também plantar, de maneira aleatória, algumas mudas de árvores e jogar sementes retiradas de árvores de matas das redondezas.

- **Pontos positivos:** diminui o custo

de implantação e de manutenção. Animais silvestres podem ajudar na disseminação de sementes.

- **Pontos negativos:** dificulta o gerenciamento e a manutenção da área, já que as árvores estão “espalhadas”.

- **Recuperação das nascentes d’água:** elas são fundamentais no ciclo da água. Por essa importância, devem ser as primeiras áreas a recuperar e preservar. A melhor forma de recuperar-se uma nascente é fazer o cercamento da mesma, especialmente onde há trânsito de animais e de máquinas. Em áreas não alagadas, podem-se plantar algumas espécies arbóreas nativas.

Viveiro de Mudas:

Para conseguir as mudas de árvores nativas e realizar esses plantios, caso não haja um viveiro próprio, pode-se tentar buscar outro produtor da região que possua uma viveiro de mu-

das ou um viveiro local.

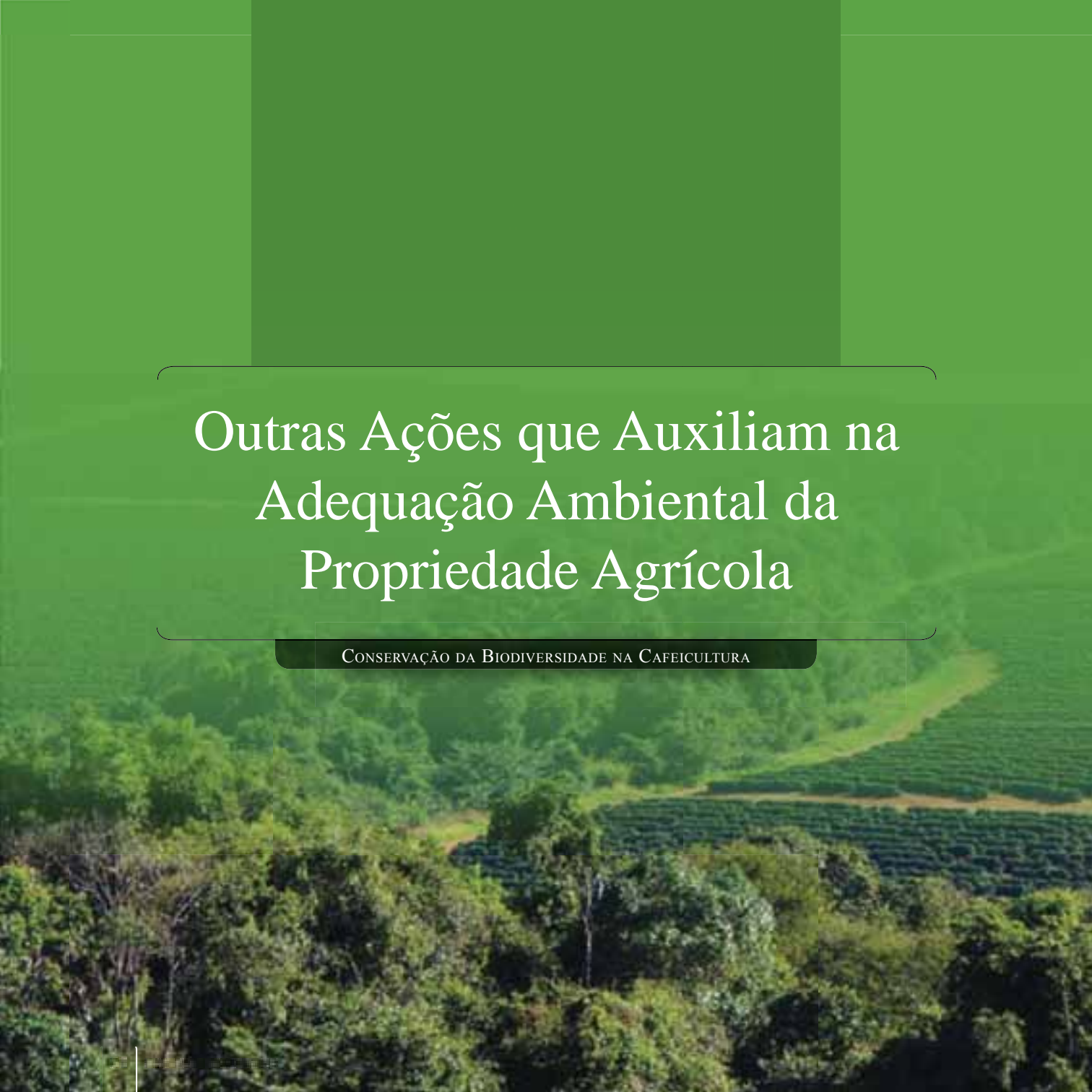
Com auxílio técnico, pode-se também construir um viveiro de mudas na propriedade, usando-se sementes de espécies nativas da região.



Exemplo de um viveiro com árvores nativas de uma propriedade agrícola.

Outras Ações que Auxiliam na Adequação Ambiental da Propriedade Agrícola

CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE NA CAFEICULTURA



Práticas adequadas

- **Controle das erosões e das voçorocas:** as erosões devem ser controladas através da cobertura adequada do solo, do manejo do mato e do plantio em nível, para evitar que grande quantidade de solo seja transportada de seu local original;

- **Manejo adequado das “ervas daninhas” e da matéria orgânica:** esse manejo deve ser cuidadoso. Elas servem de abrigo e de alimento para diversas espécies de insetos, como abelhas e besouros, benéficas para o agroecossistema;

- **Coleta seletiva e organização dos resíduos sólidos:** boa parte do lixo gerado nas propriedades pode ser coletado, separado e vendido

para recicladores. Essa atividade pode gerar recursos para o próprio empreendimento. Lixo espalhado na propriedade não é bem visto por visitantes e compradores;

- **Quebra-vento com árvores:** diminuem a velocidade e a intensidade dos ventos e podem aumentar a umidade do ar local. Além disso, ajudam no controle da erosão e na alimentação para pássaros, pequenos mamíferos e seres humanos;

- **Manutenção dos brejos e das áreas alagadiças:** essas áreas servem, muitas vezes, de “berçário” para diversas espécies de peixes e de anfíbios, além de funcionarem como filtros biológicos das águas.

Pode-se observar a importância de existirem outros fragmentos florestais próximos, para servirem como corredores à biodiversidade.

Manejo Adequado do Solo, da Água e do Vento

O manejo adequado dos solos, das águas e dos ventos é fundamental para a conservação da biodiversidade. A maior parte (da biodiversidade) encontra-se no solo, na forma de fungos e bactérias, numa rede de relações que fazem funcionar os ciclos biogeoquímicos.



Bananeiras, servindo como quebra-vento no cafezal.

Utilização e Redução de Agroquímicos

Todas as práticas devem favorecer o equilíbrio ecológico e preservar a saúde dos trabalhadores envolvidos. Além da utilização adequada dos EPIs, da lavagem tripla e da destinação correta das embalagens de agroquímicos, deve-se pensar na diminuição do número de aplicações e na substituição de produtos tóxicos por similares de menor toxicidade.

Assim, as práticas ligadas ao controle e à redução de produtos agroquímicos são:

- Controle químico monitorado nas plantas;
- Controle mecânico das plantas invasoras;
- Manejo integrado das pragas e das doenças.



Manejo do mato na entrelinha, com controle mecânico. O herbicida é usado somente nas "saías" dos cafezais.

Capacitação e Treinamento (periódico)

É fundamental que os funcionários que operem o dia-a-dia da produção agrícola estejam treinados e capacitados para as respectivas responsabilidades, além de que realizem esses treinamentos periodicamente, independente da função. Assim capacitados, ocorre uma tendência de os funcionários reduzirem o desperdício e os danos aos equipamentos utilizados; de diminuir os riscos por acidentes e, conseqüentemente, de conseguirem o aumento da produtividade.

Nesse sentido, seguem algumas práticas para capacitações e treinamentos:

- (i) Palestras educativas;
- (ii) Alfabetização dos funcionários das fazendas;
- (iii) Produção de cartilhas e cartazes com desenhos educativos;
- (iv) Educação dos trabalhadores sobre o manuseio dos equipamentos de proteção, em especial os de proteção individual, para aplicar os produtos agroquímicos;
- (v) Participação dos funcionários das fazendas na observação, na identificação e na contagem da fauna.



Visualização para todos os funcionários dos dias que estão trabalhando sem acidente.

Compromisso Empresarial

Em todos os níveis hierárquicos e nos diferentes locais, deve existir o compromisso com as questões sociais e ambientais na propriedade. O compromisso estende-se, também, por meio de:

- Gestão sócio-ambiental documentada, que personaliza o com-

promisso com os funcionários e com a sociedade em geral. Apresenta os planejamentos das diversas atividades e serve também como histórico;

- Imagem sócio-ambiental aliada ao produto (consumidores, fornecedores e colaboradores).



Ações na melhoria ambiental da propriedade. A separação adequada dos resíduos sólidos (lixo).

Monitoramento da Fauna

Além da identificação e do registro de indícios de animais silvestres, outras práticas são realizadas, como:

- Parcerias com o IBAMA e outros órgãos, para a inserção dos

indivíduos das espécies ameaçadas nos habitats disponíveis nas fazendas de café;

- Placas com proibição da caça e da pesca e conseqüente monitoramento.



Pegada de um veado mateiro, na APP, de uma propriedade de café certificado.

Enriquecimento e Monitoramento da Flora

Algumas formas para praticar o enriquecimento da flora nativa local:

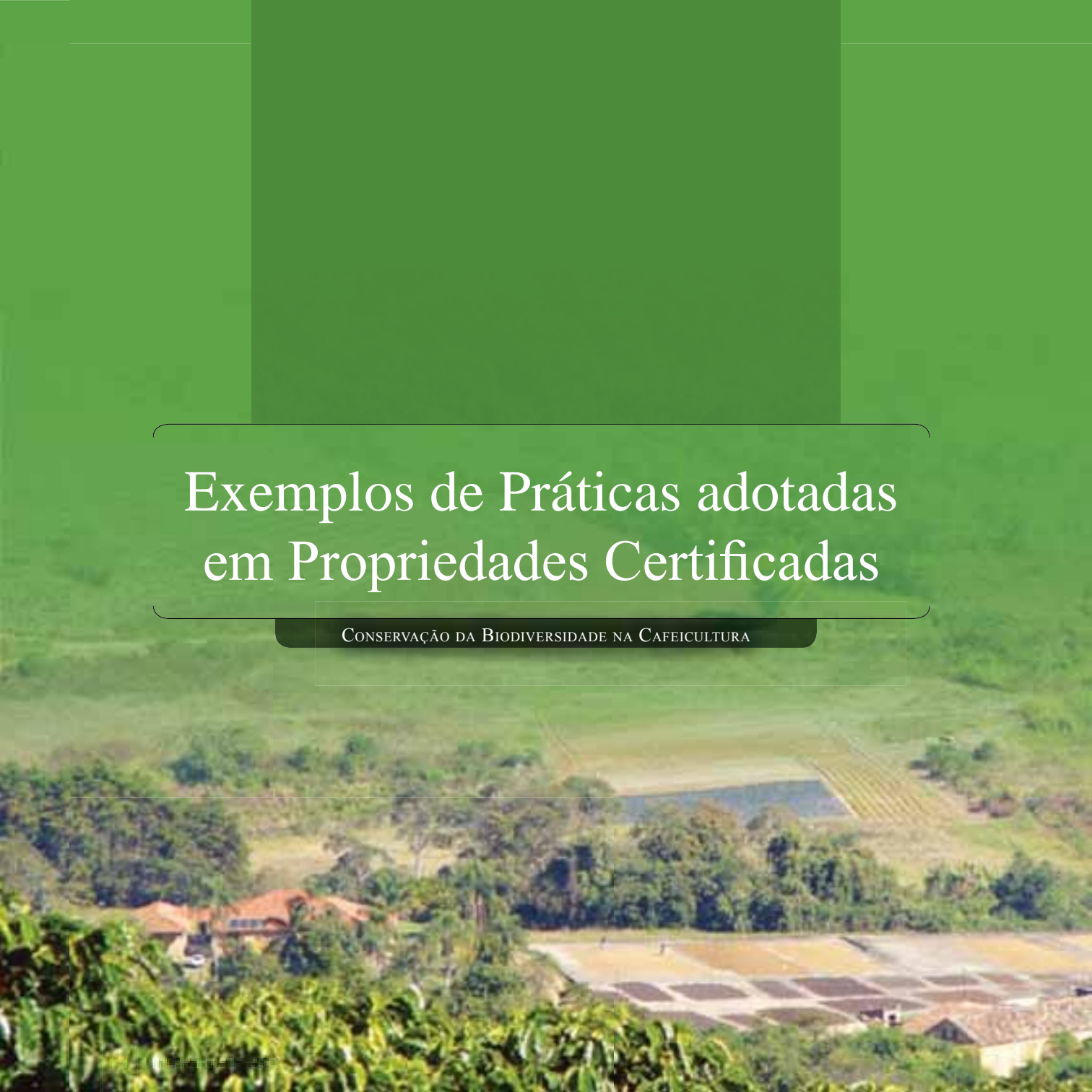
- Banco de sementes;
- Viveiros com mudas nativas;
- Monitoramento e prevenção do fogo e combate a incêndios.



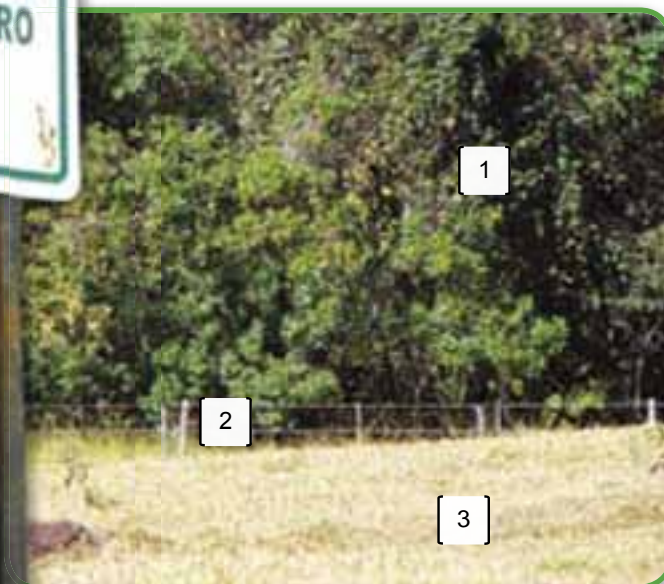
Exemplo do galpão organizado para combater incêndios no interior da propriedade agrícola.

Exemplos de Práticas adotadas em Propriedades Certificadas

CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE NA CAFEICULTURA



Identificação das áreas de preservação permanente, no interior das fazendas de café certificadas

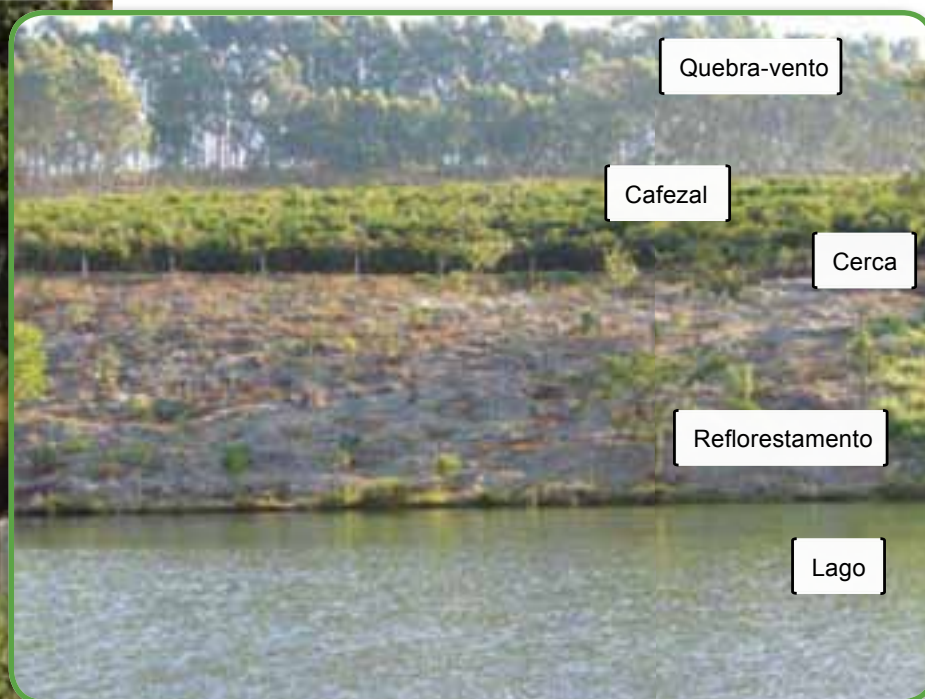


(1) Árvores nativas numa das Reservas Legais da propriedade; (2) Cerca, garantindo o isolamento da reserva, e proteção das mudas, do gado existente; (3) Pastagem.

A imagem mostra uma cerca-viva separando uma estrada pública do cafezal.
Esta ação ajuda a conter a deriva de defensivos em uma área de circulação humana.



Exemplo de Reflorestamento com mudas nativas e cobertura de solo



Conforme a imagem, o reflorestamento com árvores nativas foi realizado próximo a um lago (APP) na propriedade. E devidamente cercado, evitando a eventual invasão por gado.



Nascentes d'água protegidas em uma área de APP, com a presença da árvore “jequitibá” (em destaque), indicadora de uma floresta madura

A conservação das Nascentes é importante para garantir o suprimento de água para a propriedade, além de cumprir com a Legislação ambiental.



A contenção de água (setas) ajuda a diminuir a erosão nas áreas limites e é um exemplo de prática de proteção dos solos.



Área de pivô central com as barreiras de contenção d'água (setas)

A certificação valoriza a interação das áreas produtivas com a conservação. As áreas de reserva servem para o abrigo de animais e equilíbrio ambiental da propriedade



Exemplos de propriedades que possuem interação de áreas produtivas com conservação.



Os Pássaros são disseminadores de sementes e ajudam no equilíbrio dos ecossistemas

Os pássaros são importantes dispersores de sementes de espécies vegetais. Também indicam que o ambiente está equilibrado.



1

(1) Casal de “papagaios”;



2

(2) Tucano.

APP: Área de Preservação Permanente (APP): área protegida nos termos dos artigos 2º e 3º da Lei 4771 (Código Florestal Brasileiro), coberta ou não por vegetação nativa, com função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, de proteger o solo e de assegurar o bem-estar das populações humanas.

Consideram-se de preservação permanente, pelo só efeito da Lei, as florestas e as demais formas de vegetação natural situadas:

a) ao longo dos rios ou de outro qualquer curso d'água desde o seu nível mais alto, em faixa marginal, cuja largura mínima seja:

1) de 30 metros para os cursos d'água de menos de 10 metros de largura;

2) de 50 metros para os cursos d'água que tenham de 10 a 50 metros de largura;

3) de 100 metros para os cursos d'água que tenham 50 metros a 200 metros de largura;

4) de 200 metros para os cursos d'água que tenham de 200 a 600 metros;

5) de 500 metros para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 metros;

b) ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água, naturais ou artificiais;

c) nas nascentes, ainda que intermitentes e nos chamados “olhos d'água”, qualquer que seja a sua situação topográfica, num raio mínimo de 50 (cinquenta) metros de largura;

d) no topo de morros, montes, montanhas e serras;

e) nas encostas ou partes destas com declivida-

de superior a 45° equivalente a 100% na linha de maior declive;

f) nas restingas, como fixadoras e dunas ou estabilizadoras de mangues;

(definidos em resolução do CONAMA)

g) nas bordas dos tabuleiros ou chapadas, a partir da linha de ruptura do relevo, em faixa nunca inferior a 100 (cem) metros em projeções horizontais;

h) em altitude superior a 1.800 (mil e oitocentos) metros, qualquer que seja a vegetação.

Área de interesse social: segundo a Lei 4771 (Código Florestal Brasileiro):

a) as atividades imprescindíveis à proteção da integridade da vegetação nativa, tais como prevenção e controle do fogo, combate a incêndios, controle da erosão, erradicação de invasoras e proteção de plantios com espécies nativas, conforme resolução do CONAMA;

b) as atividades de manejo agroflorestal sustentável, praticadas na pequena propriedade ou posse rural familiar, não podem descaracterizar a cobertura vegetal, nem prejudicar a função ambiental da área e

c) demais obras, planos, atividades ou projetos definidos em resolução do CONAMA.

Área de Proteção/Conservação: terra ou propriedade sob a proteção legal, com o intuito de preservar ou de proteger a biodiversidade ou os serviços ambientais. Exemplos: parques nacionais, refúgios da vida silvestre, reservas florestais e reservas privadas. Algumas áreas protegidas podem conter área

privada, onde a condução de certas atividades econômicas é permitida de acordo com regulamentações estabelecidas;

Assoreamento: processo em que lagos, rios, baías e estuários vão sendo aterrados pelos solos e outros sedimentos neles depositados pelas águas das enxurradas;

Averbação: registro oficial da Reserva Legal;

Canal: a superfície sobre a qual um rio, um riacho ou outra corrente de água flui. Também conhecido como “leito do rio”;

Conservação: a proteção, o uso racional, a restauração e a renovação de ecossistemas naturais e de recursos naturais, de acordo com os princípios que garantem os máximos benefícios sociais e ambientais, sem degradar os recursos ou os ecossistemas envolvidos;

Corpo Receptor de Água: um corpo receptor de águas residuárias (tratadas ou não tratadas), vindas das atividades industriais, agrícolas ou domésticas;

Corpos Naturais de Água: lagos, rios, riachos, nascentes e outros corpos de água líquida que existem naturalmente;

Erosão: processo pelo qual as camadas superficiais do solo ou partes do mesmo são retiradas pelo im-

pacto de gotas de chuva, ventos e ondas, sendo transportadas e depositadas em outro lugar. Inicia-se com erosão laminar e pode atingir o grau de voçoroca;

Fragmento Florestal: remanescente de ecossistema natural isolado, em função de barreiras antrópicas (realizadas pelo ser humano) ou naturais que resultam em diminuição significativa do fluxo gênico (perpetuação da espécie) de plantas e animais;

Canal: A superfície sobre a qual um rio, riacho ou outra corrente de água flui. Também conhecido como “leito do rio”.

Conservação: A proteção, o uso racional, a restauração e a renovação de ecossistemas naturais e de recursos naturais de acordo com os princípios que garantem os máximos benefícios sociais e ambientais sem degradar os recursos ou os ecossistemas envolvidos.

Corpo Receptor de Água: Um corpo receptor de água que recebe águas residuárias (tratadas ou não tratadas) vindas das atividades industriais, agrícolas ou domésticas.

Corpos Naturais de Água: Lagos, rios, riachos, nascentes e outros corpos de água líquida que existem naturalmente.

Ecossistema: um grupo ou sistema de uma ou mais comunidades biológicas (plantas, animais,

etc.), junto com o meio físico dentro de uma determinada zona. Exemplos: áreas alagadas, florestas, campos e lagos;

DEPRN: Departamento Estadual de Proteção aos Recursos Naturais;

EPI: Equipamento de Proteção Individual;

IBAMA: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis;

IMAFLORA: Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola;

Licenciamento Ambiental: instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente, estabelecida pela Lei Federal Nº 6938/81, é um procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, a instalação, a ampliação e a operação de empreendimentos e de atividades, que utilizem recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso (definição segundo a Resolução CONAMA 237/97);

PCA: Programa de Certificação Agrícola;

RA: Rainforest Alliance;

RAS: Rede de Agricultura Sustentável;

Outorga de Água: a outorga é um instrumento de gestão que assegura, ao interessado, o direito de utilizar a água de uma determinada fonte hídrica, com uma vazão e uma finalidade determinadas e por um período definido. Usos de Água que Dependem de Outorga: Abastecimento humano e animal; Irrigação; Aquicultura; Usos industriais e comerciais; Lazer e turismo; Lançamento de esgotos em corpos d'água para fins de diluição, transporte e assimilação; Outros tipos de uso que alterem o regime, a quantidade e a qualidade dos recursos hídricos. Empreendimentos Dispensados de Outorga: captações diretas em fontes superficiais ou subterrâneas, com consumo de até 2.000 l/h. Negativa de Outorga - não serão expedidas outorgas para: Lançamento em corpos d'água de resíduos sólidos, radioativos, metais pesados e outros resíduos tóxicos; Lançamento de poluentes em águas subterrâneas.

Reserva Legal: Área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, com exceção das áreas de preservação permanente, necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e à reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e à proteção de fauna e flora nativas, de acordo com a Lei 4771.

Impacto Ambiental: qualquer alteração (positiva ou negativa) das propriedades físico-químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer

forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam a saúde, a segurança e o bem-estar da população;

Manancial: todo corpo d'água utilizado para o abastecimento público de água para o consumo;

Manejo: aplicação de programas de utilização dos ecossistemas, naturais ou artificiais, baseada em teorias ecológicas sólidas, de modo a manter, da melhor forma possível, nas comunidades, fontes úteis de produtos biológicos para o ecossistema e também a servir como fonte de conhecimento científico e de lazer;

Paisagem Natural: um mosaico geográfico com-

posto por ecossistemas interativos, resultado de influência da interação geológica, topográfica, edáfica (solo), climática e biótica.

Reserva Legal: visa a garantir a biodiversidade da flora e da fauna regionais. Deve ser averbada em cartório para que se legitime;

Voçoroca: último estágio da erosão. Termo regional de origem tupi-guarani, que denomina o sulco grande, especialmente o de grandes dimensões e rápida evolução. Seu mecanismo é complexo e inclui, normalmente, a água subterrânea como agente erosivo, além da ação das águas de escoamento superficial.

Informações

IMAFLORA: Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola
Caixa Postal 411. Piracicaba-SP.
CEP: 13.400-970.
Telefone/Fax (19) 3414 4015.
imaflora@imaflora.org
www.imaflora.org



O selo FSC garante que este livro foi impresso em papel feito com madeira de reflorestamentos certificados de acordo com rigorosos critérios sociais, ambientais e econômicos estabelecidos pela organização internacional FSC (Conselho de Manejo Florestal) e outras fontes controladas.



Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola
Caixa Postal 411. Piracicaba-SP Cep: 13.400-970
Telefone/Fax: 55 (19) 34144-4015
imaflora@imaflora.org
www.imaflora.org



**PROJETO CONSERVAÇÃO
DA BIODIVERSIDADE DE CAFÉ**

Transformando as práticas produtivas
do setor cafeeiro a fim de aumentar a demanda
por café certificado sustentável no mercado.

